

Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROV - 192011  
Código de validação: 503186795D

PROVIMENTO Nº. /2011

Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara da Comarca de Araiões, Maranhão, redistribuição dos feitos e dá outras providências.

O DESEMBARGADOR ANTONIO GUERREIRO JUNIOR, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, no exercício das atribuições legais, conferidas pelo artigo 32, da Lei Complementar nº. 14, de 17 de dezembro de 1991, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Maranhão, e artigo 30, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer a efetiva atuação jurisdicional do juiz, de forma a dirimir litígios especificamente individualizados;

CONSIDERANDO o que estabelece o inciso III, do artigo 14, da Lei Complementar nº. 104, de 26 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO o Princípio Processual da Identidade Física do Juiz, expresso no § 2º, do artigo 399, do Código de Processo Penal e no artigo 132, do Código de Processo Civil,

RESOLVE:

Art. 1º - O Juiz da 1ª Vara da Comarca de Araiões procederá ao encaminhamento dos feitos a que se refere o inciso II, do artigo 14 da Lei Complementar nº. 104/2006, para a 2ª Vara, da seguinte forma:

I – inicialmente deverão ser encaminhados os feitos de competência exclusiva da 2ª Vara, quais sejam: família, casamento, sucessões, tutela, curatela, ausência, infância e juventude;

II - os processos de competência criminal e os relativos à *Habeas Corpus*, excepcionados aqueles cuja instrução já tenha sido iniciada (artigo 399, § 2º, do Código de Processo Penal), deverão ser redistribuídos igualmente, por ano, observada a sua primeira distribuição;

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

III - os processos de competência cível e os relativos ao comércio, excepcionados aqueles cuja instrução já tenha sido iniciada (artigo 132, do Código de Processo Civil), deverão ser redistribuídos igualitariamente, por ano, observada a sua primeira distribuição.

Parágrafo único – Os objetos apreendidos, vinculados aos processos criminais que serão redistribuídos, deverão necessariamente acompanhá-los.

Art. 2º - Com a redistribuição, o Secretário da Vara procederá à autuação, observada a classe processual e as intimações dos Advogados, Defensores Públicos e representante do Ministério Público, devendo observar quanto à numeração dos processos os termos do § 2º, do artigo 5º, da Resolução nº. 65, de 16 de dezembro de 2008, do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 3º - Enquanto não sejam providos os cargos de Juiz da 2ª Vara, nem nomeado o Secretário Judicial, por ela responderão, respectivamente, o Juiz e o Secretário Judicial da 1ª Vara.

Art. 4º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 19 de agosto de 2011.

**ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR**  
**CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA**  
**GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA**  
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 22/08/2011 08:21 (ANTONIO GUERREIRO

**Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

JÚNIOR)